

RITA CRISTINA WERNER

OS PROGRAMAS DE ATENDIMENTO: UMA CONTRIBUIÇÃO
DAS ONG'S FRENTE AOS DESAFIOS DO ECA

Aprovado Pelo L. S

Em 10/12/96

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Assistente Social, orientado pela Profa Mestra Geney Mitika Karasawa Takashima.

Geney Mitika Karasawa Takashima
Coordenadora do Curso de Serviço Social
Departamento de Serviço Social
UFSC

FLORIANÓPOLIS
DEZ 1996

*“Se não houver frutos,
Valeu a beleza das flores ...
Se não houver flores,
Valeu a sombra das folhas ...
Se não houver folhas,
Valeu a intenção da semente”.*

(Henfil)

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado força de continuar nessa caminhada.

Aos meus pais Hamilton e Luzia.

Aos meus irmãos Cristóvão e Conceição.

À minha avó Conceição e Tia Marieli.

A todos as colegas de turma e em especial Maria José e Elis,
pela demonstração de companheirismo e amizade.

À colega Fabiana pela sensibilidade em perceber quando a
gente precisa de um abraço.

À Família Martendal, obrigada pela força.

Aos amigos e amigas de festa (impossível citar todos) e em
especial aos guris de Xavantina.

A equipe da ASA, Darlene, Vera, Beth, Sandra e às amigas do
Secretariado de Pastoral: Alzira, Lenita, Lenice, pela oportunidade de
estágio e pela amizade construída.

À Sociedade João Paulo II, em especial ao grupo adolescente com o qual aprendi muito, não só para a formação profissional mas para a vida.

À orientadora Geney Takashima pela disponibilidade e grande capacidade de compreensão.

Aos mestres que tive o orgulho de conhecer na universidade.

Ao professor Vilmar, pelo apoio nesses últimos meses.

Às amigas Lara e Edith pelo apoio moral nas horas de fraqueza.

À amiga Carol pelas incansáveis vezes que soube me ouvir.

Aos funcionários do Departamento de Serviço Social Ondina e Zenirto.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram na concretização de mais este objetivo de vida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1 - NOVAS CONQUISTAS: NOVOS DESAFIOS	9
1 Situação do adolescente no Brasil	9
2 O direito à convivência familiar e comunitária	15
CAPÍTULO 2 - OS PROGRAMAS DE ATENDIMENTO COMO PERSPECTIVA DE UMA NOVA ORDEM	24
1 Os desafios das ONG's, e o papel da ASA	24
2 A Sociedade João Paulo II	33
2.1 O perfil do grupo	37
3 Contextualização da teoria de grupo	41
CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
ANEXO	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da experiência de estágio realizado na Sociedade João Paulo II na Ponte Imaruim, Palhoça.

A comunidade da Ponte Imaruim está localizada às margens do Rio Imaruim, no Município de Palhoça à 30Km de Florianópolis, na microregião da grande Florianópolis. A área periférica é constituída de casas e barracos, construídos portanto, muito próximos das águas. As famílias que ali residem são de baixa renda, de até dois salários mínimos em média, sobrevivem de sub-empregos como servente de obras, pedreiro, marceneiro, diarista, ou ainda da coleta do berbigão.

Estas famílias migraram de várias regiões do estado, sul, norte, planalto, etc.

A Sociedade João Paulo II vem desde a sua fundação, em 23 de setembro de 1980, colaborando na construção da cidadania da comunidade da Ponte do Imaruim.

Não poderíamos deixar de citar o nome de uma figura importante na concretização de muitos projetos: Irmã Neves.

Irmã Neves, juntamente com um grupo de pessoas vem elaborando projetos de desenvolvimento comunitário, bem como programas de atendimento à crianças e adolescentes.

Através de prévio levantamento de dados, Irmã Neves e sua equipe mapearam a comunidade, registrando o número de famílias, o número de filhos, o tipo de habitação entre outros dados, uma verdadeira “cartografia social” segundo Felix Grattari.

Demonstrando preocupação e interesse com as pessoas da comunidade, concluiu que era preciso a intervenção do S.S. para auxiliar numa tarefa: a de retomar e fortalecer o vínculo de um grupo de adolescentes de aproximadamente 15 (quinze) meninos com o programa da Sociedade João Paulo II e a própria comunidade.

A partir daí, nosso papel como estagiária tornou-se de suma importância.

Tivemos a oportunidade de estágio oferecida por uma ONG (Organização não governamental), da qual faz parte a ASA (Ação Social Arquidiocesana).

A ASA é uma ONG e como tal desenvolve atividades condizentes, e dentre estas presta assessoria aos programas de atendimento às comunidades de periferia.

Foi através da inserção dos trabalhos da ASA na Ponte do Imaruim que a nossa presença foi viabilizada. Começa assim, uma história que será relatada como resultado da prática de estágio em Serviço Social.

Dividimos o trabalho em dois capítulos:

No primeiro faremos uma descrição da situação do adolescente no Brasil e as conquistas garantidas no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a questão do direito à convivência familiar e comunitária.

No segundo capítulo abordaremos a questão do programa de atendimento, o papel das ONG's a importância do serviço social nesse contexto, uma breve contextualização da teoria de grupo (estratégia principal de nossa abordagem com os adolescentes).

CAPÍTULO 1

NOVAS CONQUISTAS: NOVOS DESAFIOS

1 Situação do adolescente no Brasil

A situação do adolescente no Brasil hoje é considerada como consequência de uma política autoritária e desumana que não conseguiu dar conta do campo social.

Como uma das características das políticas sociais é o resultado a longo prazo, hoje estamos "sentindo na pele" estes resultados. Assim o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) é considerado um paradigma recente, e talvez precisemos de mais alguns anos para desfrutar e vivenciar essas mudanças "asseguradas".

O item que segue demonstrará algumas mudanças em relação ao tratamento da questão do menor, bem como os desafios que as acompanham.

Normalmente quando se fala da questão do "menor" no Brasil faz-se necessário a busca de uma leitura histórica do problema.

A questão do menor começou a se tornar visível desde o Brasil Império. Naquele tempo, não havia instituição pública que atendesse a chamada infância desvalida, cabendo portanto à igreja, assumir a tarefa de atender essas crianças.

A visão de problema social que se tinha era associada imediatamente ao uso da força física da polícia. Aí nasce a mentalidade correcional/repressiva que perdura infelizmente até os dias atuais em muitas instituições.

Com a intervenção do militarismo em 1964, a questão agravou-se ainda mais tentando reverter o quadro de forma radical.

A lei nº 4.513 continha as diretrizes e bases para uma política nacional de bem-estar do menor. Dessa política derivam instituições por todo o país, mas com o objetivo de re-integrar os menores ao convívio social. As técnicas utilizadas eram basicamente de confinamento. Os meninos eram internados nas FEBEM's sob o enfoque correcional/repressivo.

Mais tarde, o menor passa a ser visto sob o enfoque assistencialista, percebendo-o como um carente. Nessa visão a criança é um carente bio-psico-sócio-cultural, ou seja, um feixe de carências.

Somente no final da década de 70 que começam a surgir ares de abertura política. Surgem educadores e trabalhadores sociais preocupados com o presente e o futuro desses jovens.

Diante de tantas problemáticas nos questionamos, por onde começar, o que fazer e como fazer?

Considera-se primordial o fator vontade política, entre outros como elaboração conjunta de propostas de trabalho e também capacitação de pessoas para aderir, compreender e operar o novo modelo de atendimento.

O novo paradigma é o desenvolvimento integral aí a criança e o adolescente começam a ser vistos sob o enfoque de "sujeito de direitos", assegurando-lhe o direito à vida, à saúde, à educação, ao esporte, lazer, etc.

Foi com o objetivo garantir esses direitos que o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) foi aprovado em 1990. Segundo dados do CBIA, ao sancionar e promulgar o ECA, o governo federal constatava uma cruel realidade: o país tinha cerca de 60 milhões de crianças e adolescentes; aproximadamente 200 mil crianças morriam antes de completar um ano de vida, uma em cada grupo de quatro crianças sofria

de carência alimentar; mais de metade das crianças e adolescentes vivia em domicílios sem saneamento (água, esgoto e condições sanitárias) adequado; mais de 4 milhões de crianças nas idades de sete a 14 anos estavam fora da escola e de cada 100 matriculadas na primeira série, apenas 18 chegavam ao final do primeiro grau; o analfabetismo atinge 28% das crianças nas idades de 7 à 14 anos. Em função de sua sobrevivência e da família, muitas crianças e adolescentes entram prematuramente no mercado de trabalho, assumindo, na maior parte das vezes, tarefas incompatíveis com o seu desenvolvimento mental, físico e social.

Ressaltamos que para se chegar à esta conquista muitos foram os movimentos populares que se engajaram na defesa da criança e do adolescente. Organizações não-Governamentais cujos propósitos estavam voltados para mudanças jurídicas e pedagógicas no trato à criança e ao adolescente.

A visão que o ECA traz, o de sujeito de direitos, traz também desafios.

Dentre os desafios podemos citar a conscientização da própria sociedade civil no que tange a sua representatividade. É o princípio da participação que dá oportunidade de exigir as mudanças, lutar pelos

direitos e enfim fazer uma verdadeira democracia, onde as oportunidades seja iguais para todos.

As instâncias de participação estão previstas no ECA através da criação dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelares.

Ainda se tratando de desafios, o problema da não implementação desses direitos é relevante.

Novamente nos questionamos: a lei só existe no papel? Até quando o país continuará tendo a "cidadania de papel"? Conforme coloca DIMENSTEIN (1993).

Após uma exposição histórica da situação do adolescente no Brasil, reflexiona-se que o problema é de longa data.

Atualmente, diz-se na década de 90, as problemáticas não se extinguiram.

O que podemos dizer que foi uma conquista de fato, foi a maneira de tratar esses problemas, e tratar a criança e o adolescente como seres humanos, sujeitos de sua história.

* Pode-se concluir que a deficiência das políticas é grande. As políticas sociais públicas não dão conta de atender a sociedade como um todo; articulá-las com os diversos setores da sociedade.

De quem é a culpa???

Na tentativa de responder à pergunta entra o famoso “jogo de empurra”, próprio da cultura de descompromisso.

O adolescente pobre, advindo de família de igual condição é estigmatizado como delinqüente, como infrator etc.

⊙ Se as políticas fossem abrangentes, por exemplo, atendendo a família, auxiliando-a nas questões básicas de subsistência, incluindo-a nos programas de auxílio e geração de renda, talvez tivéssemos amenizado a questão do menor de rua, por exemplo.

✕ Estaríamos prevenindo ao mesmo tempo, duas possíveis problemáticas. A saída da criança e do adolescente do núcleo familiar e comunitário bem como a inserção precoce deste no mercado de trabalho.

Em sociedades como a nossa, com tantas desigualdades, injustiças e violência, a criança e o adolescente que hoje defrontamos, são meros sinais da conseqüência do descaso em que sua própria família foi relegada. (TAKASHIMA, MIOTO, 1996).

Para que seja efetivado o direito à convivência familiar e comunitária, faz-se necessário uma verdadeira integração dos mecanismos político institucionais; o que nos leva a refletir sobre mais um desafio, que é justamente o direito à convivência familiar e comunitária que desenvolveremos no item seguinte.

2 O direito à convivência familiar e comunitária

A partir da “cartografia social” da Irmã Neves (conforme anexo), passamos a vivenciar um projeto com crianças e adolescentes da Ponte do Imaruim e nele começamos a identificar os limites e as possibilidades do novo paradigma do ECA, que é o direito à Convivência Familiar e Comunitária.

Entende-se por direitos fundamentais aqueles que prevêm a garantia de condições básicas de sobrevivência.

No ECA por exemplo estão citados como direitos fundamentais:

- O direito à vida e à saúde;
- O direito à liberdade, ao respeito e à dignidade;

- O direito à convivência familiar e comunitária;
- O direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer e finalmente.
- O direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

Dentro do que podemos chamar aqui de desafios, nos deteremos mais a comentar o **direito à convivência familiar e comunitária**, que foi o motivo alvo que levou à intervenção do Serviço Social, vivido pela estagiária.

No Estatuto, os direitos fundamentais estão previstos no livro I, título II. Para sermos mais específicos, a parte que trata do direito à convivência familiar e comunitária, encontra-se no cap. III.

O art. 19 onde se lê:

"Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes".

Este artigo expressa que são privilegiadas as relações constituídas na família, seja ela qual for; dá-se preferência ainda à manutenção da convivência com as pessoas que se constitui o vínculo.

Segundo Cenise Monte Vicente (1994), a criança ao nascer já constrói vínculos com a família a que pertence.

É a partir desses vínculos que iniciar-se-á formação da sua identidade pessoal e também a identidade grupal. "Sou filho de tais pessoas e sou de tal lugar".

Por outro lado, a família, seja qual for a sua configuração, ainda é considerada como núcleo da sociedade. É o espaço onde o indivíduo nasce e cresce. É o espaço onde se aprende a viver, é onde se dá a iniciação das crianças na cultura, nos valores e nas normas de uma sociedade. Como exemplo podemos citar o adolescente D. F. (12 anos) que vive com a avó e a tia, mas as chama de mãe e irmã respectivamente.

Portanto a manutenção do vínculo estabelecido é importante desde o nascimento até o desenvolvimento deste indivíduo, que ainda poderá ser afetado pelas diversas situações do meio.

Durante a infância e adolescência, mas em especial a infância, a criança é considerada o ser mais vulnerável e imaturo, necessitando de atenção, carinho e compreensão. Nessas relações a constituição do vínculo ou apego é quase que natural.

A ligação afetiva não é necessariamente com a mãe, mas também com as pessoas que fazem parte do seu cotidiano, seus avós, tios, suas redes. Como exemplo, observamos que o adolescente E. T. (10 anos) vive com a mãe e seu padrasto que não o aceita como filho.

Considerando que a criança é o ser mais vulnerável podemos dizer ainda que o rompimento de tais ligações pode ser difícil, doloroso e acarretar sérias conseqüências na vida desse indivíduo. Utilizando o mesmo exemplo acima citado, esse adolescente apresentava um comportamento instável, ora agressivo, ora apático e que agravou-se com a morte da mãe. É importante o cuidado dos técnicos para efetuar a leitura da realidade com esta dinâmica e se apoiar nas redes de relações da crianças antes de se proceder a institucionalização.

Quando a convivência familiar e comunitária estiver sendo prejudicada pela presença de dependentes de drogas, faz-se necessário a articulação com os demais setores da sociedade civil e poder público.

Esta articulação objetiva evitar que algumas das crianças que se encontram fora dos programas sejam alvo vulnerável de traficantes, como se observou.

Ainda no que tange a questão da convivência, “é mais fácil trabalhar a criança e o adolescente dentro do seu espaço de produção do que tirar-lhe de seu meio” (MELIN, 1995, p. 35).

A afirmação ilustra de forma bem clara quando num dos encontros com o grupo da ponte, organizamos um jogo com outra comunidade.

Enquanto o time da Ponte do Imaruim encontrava-se "isolado num canto", quietos, retraídos e demonstrando insegurança no local desconhecido, os adolescentes do time adversário pareciam ser os "donos do mundo".

Segundo ABERASTURY apud CARMINE (1995), o rompimento de um vínculo pode ter conseqüências expressas já na fase da adolescência, que apresenta também características peculiares, tais como:

- Busca de si mesmo e da identidade;
- Tendência grupal;
- Necessidade de intelectualizar e fantasiar;
- Crises religiosas que podem ir desde o ateísmo mais intransigente até o misticismo mais fervoroso;

- Deslocalização temporal, onde o pensamento adquire as características de pensamento primário;
- Evolução sexual manifesta que vai do autoerotismo até a heterossexualidade genital adulta;
- Atitude social reivindicatória com tendências anti ou associas de diversas intensidades (esta característica também foi verificada no grupo, pois sempre estavam contestando alguma decisão);
- Contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta, dominada pela ação, que constitui a forma de expressão conceitual mais típica desse período de vida;
- Separação progressiva dos pais;
- Constantes flutuações do humor e do estado de ânimo (característica esta que se observava com grande frequência no grupo da Ponte do Imaruim).

Como a situação da infância e juventude no Brasil tem uma trajetória longa até chegar à lei 8069/90, percebemos que é grande o número de grupos formados em função da semelhança de situações

como é o caso do grupo de adolescentes da Sociedade João Paulo II na Ponte Imaruim em Palhoça.

Para entendermos melhor a questão da formação desse grupo, os motivos que levaram à intervenção do Serviço Social, tivemos que fazer uma investigação que mostrasse quem eram esses adolescentes, suas famílias, sua escola, verificar quais as condições de sobrevivência dos mesmos e mais, identificar as violações de seus direitos básicos.

Após obtidos dados suficientes para a compreensão das problemáticas, concluímos que apareceram conseqüências associadas à crise politico/econômico porque passa o país e ainda, que por falta de uma implementação dos direitos adquiridos no ECA (como a destinação de recursos aos programas de atendimento), o grupo de adolescentes da Sociedade João Paulo II veio a assumir características de um grupo "instável", pois na medida que tinham seus anseios atendidos pelo programa, estes continuavam na instituição e na comunidade; e à medida que não eram satisfeitos seus anseios, dispersavam-se em sub-grupos de 3 ou 4 pessoas; saíam do seu "território" a praticar atos infracionais e assim punham-se em situação de risco pessoal e social.

A situação das famílias é caracterizada por problemas sociais advindos dos "atentados" freqüentes aos direitos humanos como exploração e abuso, barreiras econômicas sociais e culturais que não possibilitam o desenvolvimento integral de seus membros.

Uma vez que a família não consegue prover seus membros, a responsabilidade passa para uma instância maior, que pode ser a comunidade ou ainda o poder público.

Faz-se necessário acompanhar as causas que afetam as principais mudanças ocorridas no espaço familiar, para que se possa relacioná-las às dinâmicas das políticas sociais no país.

Mesmo percebendo-se que as relações sociais estão marcadas pela exploração, violência e competitividade, resultando numa série de atentados aos direitos humanos é importante que a família, a sociedade civil e também o Estado assumam sua parcela de responsabilidade.

Trazendo a questão das responsabilidades para o âmbito institucional citamos o art. 4º do ECA onde se lê:

- É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Todo cidadão deve ter assegurado tais direitos, mas a criança será sempre colocada como prioridade absoluta por apresentar características peculiares de pessoa em desenvolvimento, e com base neste artigo e no paradigma do ECA passamos a vivenciar um processo grupal e seu cotidiano.

Para tanto, no próximo capítulo, discorreremos sobre as ONG's, de forma geral e ainda sobre a ASA - a instituição onde realizou-se o estágio. Também será descrita a sociedade João Paulo II como espaço de efetivação do programa de atendimento.

CAPÍTULO 2

OS PROGRAMAS DE ATENDIMENTO COMO PERSPECTIVA DE UMA NOVA ORDEM

1 Os desafios das ONG's e o papel da ASA

O termo ONG (Organização não-Governamental) é um termo pós-moderno para designar as chamadas entidades sociais filantrópicas e organizações comunitárias ou populares.

O campo de ação das ONG's, incide em programas, serviços e formulação de políticas públicas para as camadas populares. Tais políticas, no caso brasileiro, têm um traço característico: o assistencial.

Este traço assistencial não significa necessariamente assistencialismo: significa fundamentalmente que a administração terminal das políticas sociais (ou seja, dos serviços emanados delas) à população de baixa renda, tem características marginais e distintas

quanto aos padrões de qualidade, cobertura e custeio, se comparados aos padrões oferecidos aos demais segmentos da população.

Em geral, as ONG's têm bastante credibilidade a nível local e obtém recursos também de outras fontes de custeio advindos de ONG's internacionais ou mesmo da igreja católica, dado o vínculo desta última com as mesmas.

Atuam objetivando a restituição da cidadania, pregam a igualdade, a reciprocidade e a solidariedade de luta, e ainda a emancipação/libertação de práticas opressoras.

A ASA (Ação Social Arquidiocesana) é uma ONG (Organização não Governamental) sem fins lucrativos e de duração ilimitada.

Foi fundada a 17 de novembro de 1960, adquirindo personalidade jurídica no dia 26 janeiro de 1967.

Os objetivos da ASA estão centrados na:

- Realização de estudos sobre problemas de assistência social;
- Educação de base;
- Promoção humana;
- Colaboração na formação da consciência particular e pública;

- Promoção de campanhas para a aquisição de recursos materiais e humanos, visando o atendimento das vítimas de eventuais catástrofes;
- Divulgação dos trabalhos da igreja no campo social e educativo.

Para que fossem concretizados os objetivos propostos, a ASA definiu sua ação mediante a coordenação de todas as obras sociais da arquidiocese a ela filiadas.

A ASA mantém suas atividades através de convênios, dentre eles, a entidade a Misereor-Zentrasltelle da Alemanha, constituída por fundos públicos que o Governo da República Federal da Alemanha coloca à disposição e financia projetos de desenvolvimentos para países do terceiro mundo. Esse convênio é renovado de três em três anos com prestação de contas e apresentação de relatórios semestrais das atividades desenvolvidas. A Zentrasltelle é mantida com 60% de contribuições do governo via contribuições e encargos e 50% por doações.

Além da Zentrasltelle, os custos das ações são completamentados pela Mitra Arquidiocesana de Florianópolis, bem

como convênios com organizações privadas e estatais (Legião Brasileira de Assistência, Fundação Banco do Brasil, etc.).

A partir de 1977 a ASA começou a direcionar seus trabalhos com o intuito da transformação social. A idéia de uma abertura para um trabalho transformador foi se desenvolvendo e alternando seu papel junto as obras sociais:

- Reforço às organizações populares;
- Integração com outros setores da pastoral social e preocupação na busca de novas lideranças;
- Apoio ao trabalho de organização de meninos e meninas das comunidades de periferia de Florianópolis;
- Implementação de assessoria aos grupos de idosos das ações sociais;
- Coordenação de mini-projetos da arquidiocese;
- Incentivo para a área da produção e abastecimento.

A década de 90, é essencialmente marcada por um novo quadro na educação dos direitos, que inclui a participação popular e propõem a ruptura com a passividade às questões que devem envolver o conjunto da sociedade.

Dentro deste panorama, as ações desenvolvidas pela ASA, possibilitam caracterizá-la como uma entidade comprometida com a mudança da atual estrutura brasileira e as relações sociais por ela impostas. Concretamente este compromisso se expressa através da intervenção direta junto aos conselhos paritários nas áreas da saúde, crianças e adolescentes, idosos e assistência social.

Ainda comprometida com as mudanças, pequenos projetos de produção são implantados em diversas comunidades; busca-se também alternativas de abastecimento como a criação de uma cooperativa que atualmente beneficia comunidades de periferia, através dos armazéns comunitários; assessoria à cinco programas comunitários de atendimento à criança e ao adolescente; destacando-se a superação de práticas pedagógicas assistencialistas e conservadoras, dando lugar à prática que, considera a criança e o adolescente no processo de ensino/aprendizagem; assessoria aos 103 grupos de idosos das ações sociais da arquidiocese, quando se busca através da vivência, uma melhoria da qualidade de vida, além de se constituir num espaço de organização pela conquista de direitos não adquiridos ou não confirmados; o acompanhamento dos agentes da Pastoral da Saúde, ampliando o uso de tratamento alternativo e de ervas medicinais.

A atuação da ASA, volta-se também para ações integradas, junto a outros segmentos da sociedade, especialmente os movimentos populares, além de:

- Contribuir na formação de novos grupos de trabalho, conforme a necessidade e levantamento prévio da realidade;
- Interferir, propor e formular políticas públicas e fomentar a participação dos vários segmentos da arquidiocese para assegurar os direitos conquistados;
- Contribuir para a evangelização das comunidades por meio de práticas concretas, na busca constante e permanente da efetividade da cidadania;
- Atualizar os agentes envolvidos, promovendo formação sistemática e continuada dos mesmos

Finalmente, destacam-se as inúmeras pessoas e comunidades envolvidas nestas ações, na qual a ASA garante a realização de várias atividades de organização, mobilização, participação, acompanhamento e assessoria.

A equipe está disposta da seguinte maneira:

- Presidente: Dom Eusébio Oscar Scheid;
- Diretor Arquidiocesano: Pe. Valdir Prim;
- Diretor Secretário: Enio de O. Matos;
- Diretor Financeiro: Mauricio A. Matos.

As ações são desenvolvidas por uma equipe executiva, interdisciplinar, formada pelos seguintes profissionais e estagiários:

- Coordenação: Sandra Schlischtig;
- Assistente Social: Vera Nícia M. Gomes;
- Assistente Social: Darlene M. Silveira;
- Enfermeira: Teresa Cristina Gaio;
- Auxiliar de Escritório: Elizabeth Silva Ferreira;
- Agente da pastoral: Roberto Iunskouski;
- Estagiárias do curso de serviço social da UFSC: Daniela Marcos Ferreira e Cristiane da Silva.

A cada ano a ASA efetua planejamento para o ano seguinte priorizando ações de acordo com a realidade apresentada. Assim sendo foram definidas as seguintes para 96.

Áreas específicas:

- Produção e abastecimento;
- Criança e adolescente, ações sociais (idoso) e pastoral da saúde.
- Organização das comunidades
- Participação em conselhos e Fóruns
- Mini-projetos e outras atividades, de modo que, o trabalho que a equipe vem desenvolvendo seja mais eficiente, coordenado e que esta se torne um corpo que discute e implementa as decisões conjuntamente.

Foi a partir das ações priorizadas que tivemos a oportunidade de estágio na área da criança e adolescente. A princípio acompanharíamos as organizações comunitárias e organização de grupos de adolescentes das cinco comunidades atendidas.

“A cada dia que passa, novos desafios são lançados, mas com a crença na superação das práticas opressoras podemos acreditar numa transformação social.” (Irmã Neves).

Partindo desse princípio, o da transformação social e de posse dos dados obtidos, Irmã e sua equipe passaram a atuar da forma que podiam, sem muitos recursos.

Surgiu então a preocupação com um grupo de crianças e adolescentes em específico, de aproximadamente 14 meninos. Os mesmos perambulavam pelas ruas, expostos à todo o tipo de influência. Na tentativa de prevenir maiores problemas, foi solicitado a intervenção do Serviço Social.

Houve por parte da coordenação e dos educadores do programa, solicitação junto à ASA, o acompanhamento sistemático ao grupo de meninos pelo fato destes terem se dispersado do programa e estarem perambulando pelas ruas da comunidade e em outras localidades cometendo pequenos atos infracionais, com passagens inclusive junto à polícia e ao Conselho Tutelar. (Relatório anual - ASA - 1995).

Tendo em vista a situação em que se encontrava o grupo de adolescentes da Ponte do Imaruim, e o pedido de assessoria ao mesmo feito pela coordenação geral do programa, tivemos nossas atividades concentradas somente com o grupo em questão.

Para que possamos compreender todo desenrolar da história, faz-se necessário situar a Sociedade João Paulo II no contexto.

2 A Sociedade João Paulo II

A história da Sociedade João Paulo II teve início com a chegada de um grupo de religiosas dentre elas, Irmã Neves, em 18 de dezembro de 1978. No mesmo ano o Banco Interamericano de Desenvolvimento um banco estrangeiro interessado no desenvolvimento de países do terceiro mundo, promoveu um concurso entre as cidades de porte médio no Brasil. O requisito era apresentar um projeto de desenvolvimento infantil.

Palhoça foi premiada por apresentar o melhor projeto. O tempo foi passando mas a verba não chegava.

Durante os meses de espera, o conhecimento da realidade, o contato com as pessoas e os levantamentos de dados mostravam que era de suma importância a execução de um projeto de desenvolvimento comunitário. No projeto constava como objetivos específicos os seguintes:

- Aterro e saneamento básico da localidade;
- Despoluição da praia e da enseada;
- Urbanização do núcleo da beira rio mar;

- Desenvolvimento das crianças e jovens;
- Profissionalização e emprego;
- Senso comunitário e participação e
- Melhoria da qualidade de vida em geral.

Os objetivos eram vários, o que exigiu muita luta e dedicação, a começar pela procura de um local adequado para sediar o projeto.

O proprietário do terreno, Sr. Hercilio Teske, residia em Blumenau na época; foi então procurado pela Irmã Eliana e apesar de toda a dificuldade em encontrá-lo, conseguiu conversar com ele exatamente no instante em que o papa João Paulo II visitava o Brasil pela primeira vez e beijava o solo brasileiro. A doação do terreno foi feita somente com um pedido por parte do proprietário: de que a obra pudesse receber o nome do papa.

A 23 de setembro de 1980 foi fundada a Sociedade João Paulo II, órgão executor do projeto.

Hoje a Sociedade tem dois prédios, que abrigam, um o Jardim de Infância e outro, o Centro de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente obras que se mantêm pelo apoio da comunidade e alguns

convênios com o Estado e ONG's como a ASA, Comitê de Cidadania e Fundação Fé e Alegria.

O Jardim de Infância atende 82 crianças sendo 40 no período integral (para mães que trabalham fora), foi criado em 09 de março de 1981.

O pessoal que atende, é o seguinte:

- 01 Coordenadora do programa;
- 03 professores;
- 01 recreadora;
- 02 auxiliar de sala;
- 01 serviço geral;
- 01 merendeira.

O Centro de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (CDCA), que recebeu o apelido de "Os Clubinhos", tem 120 crianças.

O CDCA existe desde 14 de abril 1981, com a finalidade de oferecer espaço para as crianças brincar, fazer as lições escolares e ter oportunidades de aprendizagens diversas como marcenaria, artesanato, teatro, crochê, tricô, folclore, capoeira, canto, pintura etc.

As crianças dos clubinhos são atendidas por:

- 01 coordenadora do centro;
- 01 professor artes (voluntário);
- 01 professora;
- 01 artesã;
- 01 instrutor esporte;
- 01 instrutor marcenaria;
- 01 merendeira;
- 01 serviço gerais;
- 02 recreadores;
- 1 mestre de capoeira.

Na profissionalização, 24 alunos no curso de marcenaria.

Após visitas, prévio conhecimento sobre o funcionamento do programa a atitude desenvolvida pela estagiária voltou-se para o acompanhamento ao grupo de crianças e adolescentes (14 meninos) da comunidade da Ponte do Imaruim. Para melhor nos situar apresentaremos a seguir o perfil do grupo.

2.1 O perfil do grupo

Por residirem muito próximos uns dos outros, apresentam basicamente problemáticas semelhantes, o grupo foi constituindo-se quase que naturalmente.

O número de integrantes era 14. São eles:

- E. T. (11 anos);
- E. A. (11 anos);
- I. L. F. (14 anos);
- J. L. F (12 anos);
- M. R. C. (14 anos);
- A. S. N. (14 anos);
- A. S. (12 anos);
- E. M. F. (10 anos);
- R. R. (12 anos);
- A. S. (12 anos);
- C. E. M. (10 anos);

- M. M. M. (11 anos);
- D. F. (12 anos);
- J. C. C. (13 anos).

As principais características observadas foram:

- busca de si mesmo e de uma identidade;
- tendência grupal (mesmo que divididos em sub-grupos);
- atitude social reivindicatória;
- constantes flutuações do humor e do estado de ânimo.

O acompanhamento ao grupo de meninos envolveu, no primeiro semestre, um encontro semanal e no segundo semestre dois encontros semanais com as seguintes atividades:

- Sessões de vídeo;
- Oficina sobre a sexualidade;
- Realização de campeonato de pipa;
- Atividades esportivas;
- Passeios;

- Participação em apresentação de bandas marciais, entre outras.

Concomitante aos encontros iniciou-se contato junto aos familiares dos meninos. Através das atividades junto a estes meninos foi possível reunir novamente o grupo sistematicamente, e retomar o vínculo destes com o programa de atendimento.

Cabe ressaltar que a solicitação de intervenção do Serviço Social, foi feita com o objetivo principal de retomar o vínculo do grupo com o programa e a comunidade. Durante os encontros com o grupo, também desenvolvemos a nossa pesquisa.

O projeto de pesquisa tinha como objetivo geral conhecer a realidade vivenciada pelo grupo de adolescentes que estava disperso do programa de atendimento da Sociedade João Paulo II. Ainda como objetivos específicos.

- Saber quem é este adolescente;
- Conhecer o que pensa este adolescente do programa pedagógico da Sociedade João Paulo II;
- Identificar a concepção da família para este adolescente;

- Identificar a representação de educador para este adolescente;
- Identificar no que a frequência ao programa influencia no cotidiano desse adolescente;
- Identificar situações de violação dos direitos da criança e do adolescente.

Guiados pelos objetivos propostos, as atividades desenvolvidas giravam em torno de tais objetivos.

A metodologia utilizada foi a observação participante, a história de vida e como instrumento a entrevista.

Tendo em vista uma melhor compreensão da prática, achamos por bem buscar uma teoria de grupo que desse suporte e compreensão às nossas atividades.

O item que segue trata da conceituação de grupos, sua formação, objetivos, características, etc.

3 Contextualização da teoria de grupo

A origem do trabalho com grupos se deu sob a influência das ciências sociais, e especialmente da sociologia e da pedagogia.

Dentro de uma perspectiva de crescimento da sociedade, alguns autores deram sua contribuição definindo os objetivos do trabalho com grupos.

Segundo VINTER (1969), os objetivos do trabalho com grupos se concentram na participação social, na socialização e realização do indivíduo para que ele possa vir a assumir com responsabilidade os papéis sociais.

Conforme coloca o autor acima, o trabalho com grupos proporciona ao indivíduo uma oportunidade de participação nos processos decisórios, nas conquistas da sociedade e também nos desafios que são lançados. O assumir as responsabilidades de seus papéis não está desconectado de outros campos como o político e o econômico e sim interligados. Portanto, é preciso que cada setor assuma e cumpra a tarefa que lhe compete.

Para VINTER (1969) ainda, “o trabalho com grupos deve ser voltado sobretudo aos indivíduos com problemas de conduta, ou ainda as pessoas afetadas pelo meio”.

Para KONOPKA (1969), “o trabalho com grupos é um método do S. S. que ajuda os indivíduos a melhorarem a sua atuação, através de objetivas experiências de grupo e a enfrentarem, de modo mais eficaz, os seus problemas pessoais de grupo ou de comunidade”.

Esta afirmação nos leva a refletir a importância das atividades desenvolvidas nos grupos, para que ali seja um espaço em que os indivíduos coloquem suas problemáticas, trabalhem melhor com elas e dali possam tirar uma definição para a mudança que se almeja.

Dentro da mesma perspectiva de mudança ou de prevenção, KONOPKA (1969) nos diz que “não há um pedido específico de ajuda formulado por um grupo ou um indivíduo, mas a comunidade como um todo reconhece necessitar de serviços, quer para evitar problemas ou para promover uma vida de grupo sadia”.

No desenvolvimento do processo, a esta altura dos acontecimentos nos perguntamos, como o assistente social pode contribuir nessa dinâmica?

O profissional de Serviço Social tem como princípio básico a intervenção no nível prático, auxiliando o grupo, orientando-o, determinando as situações problema, formulando respostas que favoreçam a "re-integração" destes, descobrindo os principais recursos, os potenciais de cada membro, compreendendo suas capacidades e limites e enfim, integrar o grupo no programa da instituição e projetar suas ações para o todo da comunidade.

Enfim o profissional de Serviço Social deve utilizar-se do instrumental técnico que atenda ao grupo, no caso dos grupos de adolescentes da Ponte do Imaruim, as técnicas mais utilizadas foram:

- Técnicas lúdicas (a utilização de brinquedos, montagem de quebra-cabeça);
- Psicodramáticas (brincadeiras que despertam a psicomotricidade);
- Desenvolvimento criatividade (elaboração do próprio material a ser utilizado nas atividades como a confecção das pipas);
- Desenvolvimento participação, etc. (os jogos organizados, a formação das equipes, a liderança nos sub-grupos).

Natalio KISNERMAN (1969), entende o "trabalho com grupos em serviço social, como processo de ajuda na resolução de problemas, tem sempre valor potencial de tratamento".

Conforme já colocamos em parágrafos anteriores o trabalho com grupos está sempre relacionado a problemas e à resolução dos mesmos, sempre numa perspectiva de melhoria de vida, e aqui é reforçada pela colocação de KISNERMAN (1969).

Quanto à tipologia os grupos assumem determinadas características, diferentes denominações, tais como:

- Grupos de encontro;
- Grupos de atividades recreativas;
- Grupos de educação informal;
- Grupos de prevenção;
- Grupos terapêuticos;
- Grupos de trabalho etc.

Segundo Edith MOTTA (1969), os grupos podem ser divididos em:

- Grupos de solução de problemas de relacionamento;

- Grupos de desenvolvimento social;
- Grupos de ação social; cada qual com sua especificidade.

No que tange à formação dos grupos existe um processo natural emergente quando um conjunto de pessoas se reúnem constituindo um grupo, ou seja a formação deste se dá de forma natural, pois os motivos que os leva a constituir um grupo, são basicamente os mesmos.

A respeito da composição do grupo, SCHULTZ apud RODRIGUES (1979) diz que, “A nível de processos grupais é preciso que se compreenda que os membros de um grupo não consentem em integrar-se senão a partir do momento em que certas necessidades fundamentais são satisfeitas pelo mesmo”.

O que este autor diz só vem reforçar ainda mais o que até aqui vínhamos colocando; de que a formação de um grupo se dá tendo em vista as mesmas problemáticas e com o intuito de saná-las; mas ao mesmo tempo distinguindo-se as possíveis diferenças entre os componentes.

Segundo ROSAL, dentro das diversas definições, objetivos e características podemos resumir os tipos de grupo basicamente em quatro, são eles:

- **Os grupos operativos:** que tem por finalidade a cura, o diagnóstico de uma dificuldade. Neste tipo de grupo também é possível o tratamento de complementariedade, ou seja, não só o paciente é tratado mas sua família também;
- **Os grupos terapêuticos:** é o que proporciona ações e interações individuais, fazendo constantes avaliações nas mudanças dos sintomas. O grupo de adolescentes da Ponte do Imaruim também pertence a esta classificação, pois à medida que íamos desenvolvendo as atividades, íamos também avaliando as mudanças nos sintomas.
- **Os grupos de organização popular:** formam-se numa perspectiva de reivindicação e luta pela cidadania.
- **Os grupos educativos:** o objetivo principal do grupo educativo é fazer com que o indivíduo sinta-se sujeito; busca uma ação transformadora, levando cada um a refletir sobre o ato de conhecer a si mesmo e sua inserção no mundo.

O grupo educativo pode assumir um caráter preventivo, com o intuito de assegurar os direitos conquistados, como é o caso do grupo de adolescentes da Ponte do Imaruim.

De acordo com os resultados obtidos podemos concluir que:

- se iguais oportunidades fossem dadas a todos, todos se desenvolveriam;
- é grande a carência econômica das famílias;
- que o abandono da escola em função do trabalho é outra questão preocupante;
- a não implementação das políticas sociais que dão prioridade à criança e o adolescente trazem sérias conseqüências.

E o mais importante:

- a freqüência ao programa previne possíveis situações de risco pessoal e social, auxilia na formação da cidadania desses adolescentes e assegura vários direitos fundamentais como: saúde, educação, alimentação entre outros.

CONCLUSÃO

Gostaríamos apenas de registrar a nossa crítica.

De que cada um assuma a responsabilidade que lhe cabe; seja como cidadão comum ou cidadão público.

O poder público por sua vez deveria ter maior sensibilidade e consciência de que nunca se obterá nada caso não inicie o processo.

Um fato gera outro. A prova disso é a expansão da violência nas grandes cidades responsabilizando até mesmo crianças e adolescentes.

Será que é preciso que aconteça um crime para se tomar uma iniciativa? Não seria melhor prevenir a remediar?

É nesta lógica de prevenção de futuras problemáticas que entendemos ser os programas de atendimento uma alternativa viável, onde a criança e o adolescente se sintam de fato sujeitos de direitos e também de deveres.

Para tanto, sugerimos que os próximos trabalhos na referida comunidade, a envolva como um todo e que os programas se estendam

para as famílias das crianças e adolescentes atendidas na Sociedade João Paulo II.

Sugerimos também, a promoção de seminários, debates e oficinas sobre temas de interesse do público, como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Cidadania e Participação, Sexualidade na Adolescência e outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069/90.
Prefeitura Municipal de Florianópolis, 1995.

CADERNOS CBIA. **Entre o público e o privado.** Rio de Janeiro:
MAS/CBIA, nov. 1991.

CATANEO, Carmine Nunes. **Famílias de adolescentes dependentes de drogas.** Florianópolis, 1995. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

COMPREENDENDO O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro: CBIA/CESPP, 1995.

COSTA, A. C. G. da, et alli. **Brasil criança urgente.** São Paulo: Columbus Cultural editora, 1990.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância e os direitos humanos no Brasil.** São Paulo: Atrea, 1995.

FRITZEN, Silvino José. **Jogos dirigidos para grupos, recreação e aulas de educação física.** Petrópolis: Vozes, 1985.

GUATTARI, F. **Caosmose um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

TAKASHIMA, G. M. K., MIOTO, R. C. T. **A contextualização do público e do privado das famílias: um desafio ético das políticas da infância e da adolescência**. In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (1996 : Rio de Janeiro). **Anais...** Rio de Janeiro, 1996, p. 162.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

RODRIGUES, Maria Lúcia. **O trabalho com grupos e o Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

ROSAL, Cláudia Patrícia. **O trabalho com grupos no Serviço Social: voltando ao passado para construir o presente**. A publicar.

VICENTE, Cenise Monte. **O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo**. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família brasileira: a base de tudo**. 1994.

VIOLANTE, Maria Lúcia. **O perfil psicossocial da criança e do jovem marginalizados**. Texto.

2ª via
do original

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

COMUNITARIO

PONTA DO IMARUM - PALHOÇA - S.C.

PROJETO DE

DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A. JUSTIFICATIVAS: O Bairro da Ponte do Imaruim apresenta duas áreas especiais, onde se localiza uma população de baixa renda, proveniente esta de salários mínimos, aposentadorias, pesca artesanal, coleta de berbigão, biscates. São as áreas da Beira da Praia e do Casqueiro.

Sub-moradias, condições higiênicas precárias, número significativo de filhos, clamam estas áreas por um atendimento organizado e sistemático.

Quadro nº 1

Áreas	Nº de Famílias	Nº de filhos	Média de filhos/por família
Beira da Praia	80	381	4,7
Casqueiro	21	84	4,0
Total	101	465	4,6

Quadro nº 2

Distribuição da população jovem por faixa etária

Áreas	0 a 2	3 a 6	7 a 10	11 a 14	15 a 18	Total
Beira da Praia	46	49	76	124	86	381
Casqueiro	07	15	18	22	22	84
Total	53	64	94	146	108	465

Quadro nº 3				
Distribuição da população juvenil por ciclos evolutivos				
Áreas	1ª Infância	Pre-Esc. e Esc.	Adolescência	Total
Beira da Praia	46	125	210	381
Casqueiro	07	33	44	84
Total	53	158	254	465

Quadro nº 4			
Distribuição da população infantil por períodos de 10 anos			
Áreas	De 0 a 10	De 11 a 18	Total
Beira da Praia	210	171	381
Casqueiro	44	40	84
Total	254	211	465

Uma análise desses dados leva as seguintes constatações:

a) - Ausência de uma mocidade, na faixa etária de 19 anos para cima, pois que, ao partir dos 18 anos e já antes, para as mulheres, o jovem procura um companheiro ou companheira, para constituírem família legalizando ou não, mais tarde, o casamento.

b) - Índice pronunciadamente maior de adolescentes, o que constitui séria preocupação, tendo em vista a inexistência de atividades ocupacionais

para eles, e de áreas, tanto na habitação como no Bairro, em que possam se expandir.

c) - A população escolar não está toda absorvida pela escola, por falta de vagas, ou por causa do método de revezamento dos filhos, na escola. Cada ano, um filho frequenta a escola, enquanto os outros aguardam a vez, nos anos seguintes, pois que as famílias não podem arcar com as despesas escolares de todos juntos.

d) - A população pré-escolar não frequenta o jardim da infância.

e) - O índice decrescente de natalidade, constatada, para a área de Casqueiro, especialmente, a existência de pessoas de mais idade, aposentados.

B. OBJETIVOS:

- 1. Desenvolver um programa de educação pré-escolar;
- 2. Prevenir a marginalização de menores;
- 3. Proporcionar educação familiar; *popular*
- 4. Saneamento básico.

C. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PRÉ ESCOLAR:

- 1.1. Fundação de um Jardim da Infância, abrangendo três períodos, para absorver toda a população infantil na faixa de 3 a 6 anos;
- 1.2. Treinamento de três professoras;
- 1.3. Merenda escolar.

D. PREVENÇÃO DA MARGINALIZAÇÃO DE MENORES:

- 2.1. Criação do Clube de Adolescentes;
- 2.2. Programação de encontros e dias de formação e espiritualidade;
- 2.3. Criação de cursos profissionalizantes:
 - 2.3.1. Artesanatos variados para os jovens: crochê, tricô, bordado, pintura em fazenda, artes aplicadas;
 - 2.3.2. Para os jovens:
 - Bombeiro hidráulico
 - Fabricação de brinquedos de madeira
 - Fabricação de brinquedos de argila.
- 2.4. Encaminhamento para cursos de alfabetização.

E. EDUCAÇÃO FAMILIAR:

- 3.1. Criação do Clube das Mães;
- 3.2. Criação do Clube das Gestantes;
- 3.3. Criação de cursos domésticos:
de costura, de artesanatos em geral, de nutrição, de primeiros socorros, de higiene e puericultura;
- 3.4. Horta comunitária.

F. SANEAMENTO BÁSICO:

- 4.1. Aterro das lagoas, sobre as quais são edificadas casas;
- 4.2. Remoção de lixo;
- 4.3. Construção de fossas;
- 4.4. Abertura de servidões, para acesso conveniente às habitações.

G. MEDIDAS GERAIS:

RECURSOS MATERIAIS:

- 5.1. Aquisição de um terreno, próximo às áreas em referência;
- 5.2. Construção de um prédio escolar e sede do Projeto, de 3 salas, 1 gabinete, 1 cozinha, instalação sanitária;
- 5.3. Móveis e utensílios;
- 5.4. Equipamentos específicos para a ministração dos cursos;
- 5.5. Materiais para aprendizagem.

RECURSOS HUMANOS:

- 6.1. Coordenação do Projeto: equipe de 8 pessoas;
- 6.2. Jardim da Infância: 3 Professoras;
- 6.3. Cozinheira: 1 pessoa;
- 6.4. Servente: 1 pessoa;
- 6.5. Ministração dos Cursos: 12 professores.

RECURSOS FINANCEIROS:

- 7.1. Cooperação da Prefeitura Municipal;
- 7.2. Cooperação do Centro Comunitário "Ponta do Maruim";
- 7.3. Campanhas diversas;
- 7.4. Doações de Empresas e Particulares;
- 7.5. Serviços voluntários.

H. EXECUÇÃO DO PROJETO:

Está a cargo da Equipe de Coordenação.

O Projeto será implantado gradativamente, à medida em que os diversos recursos tenham sido devidamente adquiridos.

Ponta do Imaruim, 03 de abril de 1980

Equipe de Coordenação:

Adete Alves
Rosa de Souza
Maria Galil Bilbini
Luiza Eliana
Jesuina C. Luiz
Rosemira D. Wagner
Terezinha de J. Garcia
Márcio Weber